

SEÇÃO: DOSSIÊ FILOSOFIAS FEMINISTAS

MULHERES, EDUCAÇÃO POPULAR E FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO CRÍTICA FEMINISTA DAS EPISTEMOLOGIAS POPULARES APAGADAS

Women, popular education and the philosophy of liberation in latin america: a feminist critical review of erased popular epistemologies

Fernanda dos Santos Paulo¹

Adriana María Moreno Pardo²

Resumo: O artigo propõe uma análise filosófica hermenêutica-crítica das contribuições das mulheres à Educação Popular na América Latina, a partir do diálogo entre Paulo Freire e as epistemologias feministas latino-americanas. Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa de 16 produções publicadas entre 2000 e 2025, o estudo identifica o apagamento histórico das mulheres como um problema epistemológico e político, e evidencia o modo como educadoras, filósofas e militantes populares vêm reconstruindo os fundamentos da libertação desde o corpo, o cuidado, o território e a ancestralidade. Inspirada na pedagogia da pergunta e na educação como prática da liberdade, a análise revela que as mulheres não são apenas partícipes, mas autoras da Educação Popular, constituindo uma genealogia de pensamento que reinscreve o feminino como dimensão ontológica da libertação. A Educação Popular feminista emerge, assim, como recriação do projeto freiriano, integrando ética, estética e política numa filosofia viva da comunhão e da esperança.

Palavras-chave: Educação Popular. Feminismo Latino-Americano. Filosofia da Libertação. Paulo Freire. Epistemologias Feministas.

Abstract: This article presents a hermeneutic-critical philosophical analysis of women's contributions to Popular Education in Latin America, based on the dialogue between Paulo Freire and Latin American feminist epistemologies. Through a qualitative bibliographical review of 16 works published between 2000 and 2025, the study identifies the historical invisibility of women as an epistemological and political issue, revealing how educators, philosophers, and grassroots activists have reconstructed the foundations of liberation through body, care, territory, and ancestry. Inspired by Freire's pedagogy of the question and the notion of education as a practice of freedom, the analysis shows that women are not mere participants but authors of Popular Education, forming a genealogy of thought that redefines the feminine as an ontological dimension of liberation. Feminist Popular Education thus emerges as a re-creation of the Freirean project, integrating ethics, aesthetics, and politics into a living philosophy of communion and hope.

Key words: Popular Education. Latin American Feminism. Philosophy of Liberation. Paulo Freire. Feminist Epistemologies.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Faculdade de Educação da UFRGS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>. Email: fernandapaulofreire@gmail.com

² Universidade Católica de Oriente, Universidade de Antioquia, Colômbia. Estudante do Doutorado. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6071-2381>. Email: adriana.moreno8967@uco.net.com.

1 Introdução

Apesar da vasta produção sobre Educação Popular na América Latina, as contribuições das mulheres, como educadoras, filósofas do povo e agentes epistemológicas, permanecem em grande parte invisibilizadas ou pouco reconhecidas nos fundamentos da Educação Popular. Essa ausência não é apenas uma lacuna historiográfica, mas uma forma de apagamento epistêmico que reproduz o androcentrismo e a colonialidade do saber dentro de um campo que, paradoxalmente, nasceu comprometido com a libertação e o diálogo (Paulo, 2025).

A partir dessa constatação, este estudo orienta-se por um conjunto de questões filosófico-epistemológicas: como essa invisibilidade se dá? Quais contribuições específicas de mulheres latino-americanas à Educação Popular podem ser recuperadas e reinterpretadas à luz das epistemologias feministas e da pedagogia libertadora freiriana? E de que modo homens e mulheres do campo da Educação Popular podem dialogar para reconstruir uma memória mais justa, plural e emancipatória da Educação Popular?

Inspirada em Fals Borda, Torres Carrillo (2014, 2018) e Paulo (2025), compreendo que a Educação Popular constitui uma corrente político-pedagógica com base em uma filosofia, sociologia e pedagogia da libertação.

Para responder a essas questões, foi realizada uma revisão bibliográfica crítica (de natureza qualitativa) articulada a uma análise filosófica hermenêutica-dialógica, tendo como horizonte metodológico a pedagogia da pergunta e a educação como prática da liberdade (Freire, 1967). Essa escolha fundamenta-se na perspectiva de que investigar filosoficamente a Educação Popular implica não apenas descrever obras ou trajetórias, mas interpretar sentidos e fundamentos ético-epistemológicos produzidos por mulheres que pensaram e praticaram a libertação em seus contextos históricos.

A hermenêutica crítica e libertadora adotada neste estudo ancora-se na obra de Paulo Freire (1967, 1971, 1982, 1985, 1987, 1992, 1994, 1996), que compreende a leitura do mundo como ato ético, político, educativo e estético de criação de sentido. Em *Educação como prática da liberdade* (1967), Freire inaugura a noção de leitura do mundo antes da palavra, que fundamenta a hermenêutica como práxis de libertação. Já em *Extensão ou comunicação?* (1971) e em *A importância do ato de ler* (1982), reafirma a centralidade do diálogo e da

interpretação situada como gestos pedagógicos. Em *Pedagogia do oprimido* (1987) e *Pedagogia da esperança* (1992), a leitura do mundo é apresentada como travessia coletiva em busca da humanização, enquanto *Cartas a Cristina* (1994) e *Pedagogia da autonomia* (1996) introduzem a dimensão afetiva, relacional e ética como constitutiva do ato educativo. Por fim, em *Por uma pedagogia da pergunta* (1985), escrita com Antonio Faundez, Freire consolida o horizonte metodológico que inspira este trabalho: investigar é perguntar, e perguntar é libertar-se das respostas prontas. Assim, a hermenêutica crítica não se limita à interpretação de textos, mas propõe uma leitura comprometida com a transformação das realidades e com o reconhecimento das vozes históricas silenciadas, sobretudo as das mulheres que refizeram a Educação Popular a partir da experiência, da corporeidade e do cuidado.

O estudo compreende um corpus de 16 textos, entre artigos científicos, capítulos de livros e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e anais de eventos), selecionados por sua relevância na articulação entre Educação Popular, feminismo e epistemologias do Sul. Esses textos, publicados entre 2000 e 2025, representam diferentes países da América Latina (Brasil, Argentina, México, Colômbia, Chile, Venezuela) e foram escolhidos a partir de uma busca sistemática nas bases SciELO, Redalyc, CAPES Periódicos, Google Scholar e repositórios institucionais de teses e dissertações.

Os critérios de inclusão foram: (a) publicações em português ou espanhol; (b) pertinência direta ao tema “mulheres e Educação Popular”; (c) abordagem explícita de perspectivas feministas ou decoloniais; e (d) relação teórico-metodológica com a obra de Paulo Freire ou autores(as) afins (como Fals Borda, Edla Eggert, Torres Carrillo). Foram excluídos textos que tratassem genericamente de gênero ou educação sem conexão com a Educação Popular. A leitura e a categorização dos textos seguiram quatro eixos analíticos: (a) Visibilização das mulheres nas práticas e teorias da Educação Popular; (b) Epistemologias feministas e do Sul aplicadas à Educação Popular; (c) Diálogo entre Paulo Freire e os feminismos latino-americanos; (d) Desafios interseccionais de gênero, classe, raça e território no campo educativo.

Os dados foram organizados em quadros contendo autor(a), país, ano, tipo de contribuição (teórica, metodológica ou empírica), principais argumentos e lacunas. Em seguida, os textos foram submetidos a uma análise filosófica hermenêutica-crítica, inspirada em Paulo Freire (1967, 1971, 1982, 1987, 1992, 1994, 1996).

A análise dos artigos a partir da hermenêutica crítica e libertadora de Paulo Freire implica compreender o texto como lugar de diálogo e de revelação de sentidos, e não como simples enunciado de verdades. Trata-se de um exercício interpretativo que busca escutar as vozes e silêncios presentes nas produções sobre mulheres e Educação Popular, reconhecendo nelas o gesto de ler o mundo antes da palavra. Nesse movimento, o ato de interpretar converte-se em prática de liberdade: não se trata apenas de decifrar significados, mas de desvelar os horizontes éticos, políticos e existenciais que orientam cada narrativa. Assim, a leitura se torna um ato de recriação, em que a educadora-pesquisadora, ao dialogar com as autoras e autores do corpus, refaz o caminho entre denúncia e anúncio, entre crítica e esperança. A hermenêutica freiriana, neste contexto, opera como método de libertação e de produção de sentido histórico, convocando à escuta sensível, à interrogação constante e à transformação das realidades que o texto expressa, porque compreender, em perspectiva freiriana, é sempre um modo de agir sobre o mundo. Essa análise envolveu a interpretação dos pressupostos epistemológicos presentes em cada obra (visão de sujeito, de conhecimento e de opressão) e a identificação de como as autoras problematizam o androcentrismo e a colonialidade nos processos de produção do saber.

A hermenêutica filosófica foi aplicada para compreender os textos como expressões de horizontes de sentido enraizados em contextos históricos, políticos e culturais de opressão e resistência. Já a análise dialógica, derivada da práxis freiriana, buscou compreender as tensões e ressonâncias entre o pensamento de Paulo Freire e as epistemologias feministas latino-americanas, perguntando: como Freire lê as mulheres e como as feministas leem Freire?

Complementarmente, adotou-se uma perspectiva crítica e decolonial, questionando os pressupostos androcêntricos da filosofia ocidental e reconhecendo as epistemologias feministas e populares como formas legítimas de produção de conhecimento. Essa análise culmina numa práxis filosófica, que religa teoria e ação, sugerindo implicações concretas para a formação de educadores(as) populares e para a reconstrução do próprio campo da Educação Popular como espaço de diálogo entre mulheres e homens, corpo e razão, pensamento e território.

Assim, este estudo não apenas revisa criticamente a literatura, mas também propõe um reposicionamento epistemológico inclusivo, no qual as vozes das mulheres da e na

Educação Popular são reconhecidas como fundamentos filosóficos de uma pedagogia de libertação genuinamente latino-americana.

2. Fundamentos filosóficos e epistemológicos: o diálogo entre Paulo Freire e as mulheres da América Latina

Pensar as contribuições das mulheres à Educação Popular na América Latina³ requer uma escuta que ultrapasse os limites do discurso acadêmico e se inscreva no território da experiência e da memória. No horizonte freiriano, o conhecimento é sempre produzido em comunhão, como gesto de leitura crítica do mundo, e não como imposição de verdades. Essa perspectiva, quando colocada em diálogo com as epistemologias feministas latino-americanas, permite reconstruir os fundamentos filosóficos da Educação Popular a partir de uma hermenêutica do corpo, da história e da vida cotidiana das mulheres.

Freire (2018) reconhece que muitos educadores progressistas mantêm atitudes machistas, ainda que discursivamente defendam a libertação. Ele faz uma crítica à contradição entre o discurso revolucionário e as práticas domésticas e linguísticas patriarcais. Destaca a necessidade de revolucionar a linguagem, pois a gramática que impõe o masculino como universal é expressão de uma ideologia machista. Afirma que é preciso reinventar a linguagem para torná-la libertadora e não patriarcal. Nesse sentido, Freire (2018) aproxima-se das epistemologias feministas latino-americanas ao propor a crítica à linguagem e à cultura como instrumentos de dominação simbólica, reforçando o diálogo como ato político e ético.

Desse modo, em *Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular*, Paulo Freire (2018) faz diversas referências diretas às mulheres e à questão do gênero, articulando essas reflexões ao núcleo ético e epistemológico de sua pedagogia, o diálogo como fundamento da libertação e da práxis crítica. Em diálogo com o feminismo latino-americano, Freire propõe uma ética da mediação e uma epistemologia situada, defendendo que a luta das mulheres deve considerar as intersecções entre gênero, classe e raça, de modo a incluir as mulheres do campo e das periferias nos processos de conscientização. Sua autocrítica ao reconhecer que *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987) foi escrita em linguagem machista, e

³ Utiliza-se aqui o termo América Latina em seu sentido histórico e político, mas reconhece-se a força simbólica do nome Abya Yala, expressão de origem kuna que significa “terra madura” ou “terra viva”. Essa designação, recuperada por povos originários e por correntes de pensamento decolonial, reafirma a dimensão territorial e ancestral dos saberes latino-americanos, sem excluir o diálogo crítico com a tradição filosófica ocidental e com as práticas pedagógicas da Educação Popular.

que aprendeu isso com mulheres, evidencia o princípio do inacabamento e do aprendizado dialógico que orienta sua filosofia. Assim, as mulheres emergem não apenas como destinatárias, mas como interlocutoras epistemológicas de Freire, cujas experiências inspiram uma pedagogia que une ética, política e amorosidade. Nesse sentido, o autor abre caminhos para um diálogo fecundo entre os fundamentos freirianos e as epistemologias feministas latino-americanas, reafirmando o diálogo, a linguagem e a Educação Popular como espaços de libertação e reconfiguração das relações entre saber, corpo, classe e território.

A filosofia da libertação proposta por Freire rompe com a tradição ocidental que separa razão e emoção, teoria e prática, ser humano e mundo. Sua pedagogia dialógica desloca o sujeito da posição de espectador para o lugar de autor da história. Do mesmo modo, as pensadoras feministas latino-americanas, como María Lugones, Francesca Celentani, Marcela Lagarde, Claudia Korol, Luz Maceira Ochoa, Julieta Paredes e Ivone Gebara, ampliam essa ruptura ao denunciar a colonialidade de gênero e propor novas linguagens éticas e políticas para a libertação. Se Freire (1987, p. 29) afirma que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, as filósofas feministas latino-americanas acrescentam que essa comunhão precisa reconhecer também as marcas do corpo, do cuidado, da ancestralidade e das múltiplas opressões que configuram as existências das mulheres de nossos povos. Walsh (2013, 2017) amplia essa concepção ao propor que o cuidado, na perspectiva decolonial, é categoria política e pedagógica central para a reinvenção da vida.

Nessa interlocução, a *educação como prática da liberdade* ganha novas tonalidades: o diálogo se torna não apenas um método, mas uma ética relacional que incorpora a escuta, a reciprocidade e o reconhecimento das diferenças. Como recorda Ivone Gebara (2000), libertar-se implica reconciliar corpo, fé e razão na experiência cotidiana, abrindo espaço para uma espiritualidade política que complementa a pedagogia freiriana.

As epistemologias feministas trazem à cena dimensões que estavam ausentes ou silenciadas na tradição educativa, o sensível, o afetivo, o comunitário, sem as quais a práxis libertadora perde densidade humana. Ao introduzir a noção de *corpo-território*, Julieta Paredes, por exemplo, descoloniza o conceito de sujeito e amplia a leitura freiriana de “ser mais”, situando o conhecimento na experiência encarnada e coletiva. Como defende Paredes (2017), o corpo-território é a primeira escola da liberdade, onde se aprende a resistir e a criar

comunhão. Do mesmo modo, María Lugones contribui com a crítica à colonialidade de gênero, mostrando que a opressão patriarcal e a dominação colonial se entrelaçam na constituição das epistemes modernas. Sua proposta de um feminismo descolonial ressoa na hermenêutica freiriana ao compreender o ato educativo como *travessia* — uma ação de deslocamento e reconstrução de mundos, em que o conhecimento se faz insurgência. Claudia Korol e Luz Maceira Ochoa, por sua vez, aproximam a pedagogia freiriana de uma *pedagogia das oprimidas*, na qual o diálogo é também corporeidade, emoção e espiritualidade política.

Essas interlocuções configuram o que podemos chamar de epistemologia da libertação situada, em que a leitura crítica do mundo incorpora os saberes populares, os gestos do cuidado e as práticas de resistência das mulheres latino-americanas. Trata-se de uma filosofia do encontro e da comunhão, onde a consciência crítica não se limita à denúncia das opressões, mas anuncia novas possibilidades de ser e de viver. A hermenêutica crítica, nessa chave, é mais que interpretação: é gesto político de restituição da palavra e de visibilização das ausências históricas.

Assim, o diálogo entre Freire e as filósofas latino-americanas não constitui somente uma aproximação teórica, mas uma reescrita do próprio conceito de Educação Popular. Ao integrar corpo e território, razão e emoção, palavra e escuta, elas deslocam a educação da esfera institucional para o campo da vida, e nela afirmam uma ética do cuidado e da solidariedade como fundamentos de uma pedagogia genuinamente emancipatória. Como lembra Maffía (2016), a superação das dicotomias entre razão e sensibilidade é condição para um pensamento verdadeiramente emancipador. Essa confluência não busca uma síntese, mas o reconhecimento das diferenças como força criadora, condição indispensável para que a Educação Popular siga sendo, em nosso tempo, um projeto de humanização radical e plural.

2.1 Revisão da literatura: epistemologias feministas e filosofia da libertação na Educação Popular latino-americana

A revisão da literatura revela um movimento vigoroso e ainda em expansão de mulheres que, a partir de diferentes territórios da América Latina, ressignificam a Educação Popular como campo de produção filosófica e política. Em comum, essas autoras e experiências deslocam a Educação Popular de um lugar predominantemente masculino, historicamente associado aos grandes nomes e aos marcos canônicos, para um espaço plural

e insurgente, onde as vozes das mulheres se afirmam como fundamentos éticos, epistemológicos e pedagógicos da libertação.

Com base nesse movimento, o quadro a seguir foi elaborado com o propósito de sistematizar e interpretar as principais produções que integram o corpus da pesquisa, permitindo visualizar como diferentes autoras e experiências latino-americanas têm contribuído para reconfigurar a Educação Popular a partir de uma perspectiva feminista, crítica e libertadora. A intenção não é apenas descrever os textos, mas compreender seus sentidos filosóficos e metodológicos em diálogo com os objetivos deste estudo: recuperar as contribuições das mulheres, analisar as formas de sua invisibilização e propor um reposicionamento epistemológico inclusivo no campo da Educação Popular. O quadro, portanto, traduz a opção metodológica hermenêutica e dialógica que orienta a pesquisa, ao organizar as produções de modo interpretativo e relacional, evidenciando, em cada uma, o modo como articulam teoria e prática, filosofia e política, gênero e libertação. Assim, o que se busca apresentar é um panorama crítico e situado, que demonstra a vitalidade das epistemologias feministas latino-americanas e sua potência para renovar o pensamento freiriano e a própria filosofia da libertação.

Quadro 1 – Produções latino-americanas sobre Educação Popular, epistemologias feministas e filosofia da libertação.

Nº	Título	Autoria / Ano	Contribuição à Filosofia da Libertação	Diálogo com o tema do artigo (Educação Popular, mulheres e epistemologias feministas)
1	<i>Hacia una pedagogía feminista</i>	Claudia Korol et al., 2007	Reinterpreta a libertação freiriana desde o corpo e a vida cotidiana das mulheres.	Fundamenta o eixo ético-afetivo da Educação Popular feminista latino-americana.

2	<i>Feminismos populares: pedagogías y políticas</i>	Korol e Castro (orgs.), 2016	Propõe o feminismo popular como prática filosófica e política de libertação.	Amplia a noção de diálogo como construção coletiva de saberes insurgentes.
3	<i>Aportes feministas a la Educación popular</i>	Tania Pérez Bustos, 2010	Crítica a colonialidade do conhecimento e propõe epistemologia feminista situada.	Relaciona ciência e Educação Popular na chave da libertação de gênero e saber.
4	<i>A Educação Popular como método feminista de denúncia e reconstrução da realidade</i>	Gabatz e Angelin, 2022	Prática de libertação camponesa; une gênero, classe e território. Mostra EP como ferramenta de emancipação das mulheres camponesas	Inspira o eixo metodológico da Educação Popular feminista como práxis. Expressa a Educação Popular como filosofia viva da libertação situada.
5	<i>Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional</i>	Campos e Ramalho, 2024	Propõe libertação interseccional articulando raça, gênero e território.	Contribui à análise dialógica entre opressões múltiplas e emancipação popular.
6	<i>Las mujeres y la educación en América Latina: dilemas y desafíos</i>	Urania Ungo, 2007	Aborda a libertação feminina como processo histórico de democratização.	Contextualiza a luta das mulheres como base da formação crítica latino-americana.

7	<i>El diálogo de saberes en la pedagogía feminista y en la educación popular</i>	Claudia Korol, s.d.	Desenvolve o conceito de diálogo de saberes como princípio de libertação.	Reforça a hermenêutica dialógica que estrutura a análise do seu artigo.
8	<i>Feminismo, educação popular e extensão: a resistência criativa na formação de Promotoras Legais Populares</i>	Aline da Costa Luz, 2024	A extensão como prática libertadora e feminista.	Inspira a relação entre universidade, territórios e saberes populares.
9	<i>La educación como práctica de la libertad</i> (cap. de <i>Hacia una pedagogía feminista</i>)	Claudia Korol, 2007	Atualiza Freire com o feminismo popular, centrando o corpo e a afetividade.	Articula a dimensão emancipatória da hermenêutica libertadora.
10	<i>Contra las dicotomías: feminismo y epistemología crítica</i>	Diana Maffía, 2016	Rompe com as oposições corpo/razão e homem/mulher.	Fundamenta o diálogo filosófico entre Freire e as epistemologias feministas.
11	<i>Pesquisa em Educação, Movimentos Sociais e Colonialidade</i>	Edla Eggert, 2016	Propõe “antropofagia epistêmica” como método libertador.	Aprofunda a crítica ao androcentrismo e à colonialidade do saber.

12	<i>As Fontes Pedagógicas Latino-Americanas numa Perspectiva Feminista</i>	Graziela Rinaldi da Rosa, 2018	Reivindica as mulheres como fundadoras do pensamento educacional latino-americano.	Consolida a genealogia feminina da Educação Popular.
13	<i>As Mulheres na e da Educação Popular no Brasil</i>	Fernanda dos Santos Paulo, 2025	Sistematiza contribuições de 50 educadoras populares.	Fornece base empírica e teórica para o argumento central do artigo.
14	<i>Artivismos Feministas e Educação</i>	Indiara Lima e Ana P. Souza, 2024	Traz arte e estética como dimensões da libertação.	Amplia o conceito de prática educativa libertadora pela criação simbólica.
15	<i>Educação Popular e Feminismos: Tensões, Rupturas e Afirmações</i>	Maria de Souza et al., 2021	Articula corpo e experiência como fundamentos ontológicos.	Reforça a crítica à racionalidade patriarcal e propõe pedagogia das oprimidas.
16	<i>Por uma Pedagogia Feminista: até que todas sejamos livres!</i>	Oliveira et al., 2022	Une mente, corpo e ação como prática emancipatória integral.	Alinha-se à proposta de diálogo ético entre homens e mulheres na libertação.

Fonte: elaborado pelas autoras.

O quadro sintetiza e ilumina o movimento intelectual que se desenha na América Latina em torno da reconstrução filosófica da Educação Popular pelas mãos e vozes das mulheres. Ao reunir essas produções, buscou-se evidenciar a densidade teórica e a diversidade metodológica que caracterizam esse campo emergente, reafirmando que a hermenêutica

crítica de inspiração freiriana pode ser tanto um método de leitura quanto de criação de mundo. Cada texto, em sua singularidade, expressa um gesto de libertação: seja ao propor epistemologias situadas e corporificadas, seja ao reivindicar o diálogo como caminho para a igualdade substantiva entre homens e mulheres. Assim, o quadro não apenas organiza dados, mas revela uma trama de pensamento em que a filosofia da libertação se reencarna em práticas educativas, éticas e comunitárias. Essa constelação de autoras e experiências fundamenta a compreensão de que a presença das mulheres na Educação Popular é constitutiva de sua própria essência — não um adendo histórico, mas o coração vivo de sua filosofia emancipatória.

Assim, os estudos analisados evidenciam que a presença das mulheres na Educação Popular não é um acréscimo à história do campo, mas a sua própria condição de possibilidade. Elas não apenas participaram de movimentos sociais, processos de alfabetização e experiências comunitárias; foram também produtoras de categorias de pensamento, corpo, cuidado, território, ancestralidade, reciprocidade — que hoje reconfiguram o próprio conceito de libertação. Essa constatação atravessa todos os textos revisados: da pedagogia feminista de Claudia Korol e Francesca Celentani, que inscrevem o corpo e o cotidiano na luta contra o patriarcado, às análises de Edla Eggert e Graziela Rinaldi da Rosa, que recuperam o papel das educadoras como filósofas populares que constroem epistemologias desde o Sul.

Do ponto de vista filosófico, a literatura converge na crítica à colonialidade e ao androcentrismo que estruturam o saber moderno. Inspiradas por Paulo Freire, as autoras defendem que libertar-se é também descolonizar o conhecimento, um gesto que começa pela nomeação das ausências e pela restituição das vozes silenciadas. Como já observava Ungo (2007), as mulheres latino-americanas têm sido protagonistas silenciosas na transformação dos sistemas educativos. Essa crítica é radicalmente freiriana, pois retoma a “pedagogia da pergunta” como método de investigação e libertação. Nos textos, a pergunta “quem fala pela América Latina e por suas mulheres?” substitui a resposta pronta pelo diálogo como horizonte epistemológico. A hermenêutica crítica, aqui, manifesta-se como práxis: ler o mundo, reconhecer o inédito viável e transformar o vivido em categoria de análise.

No plano metodológico, observa-se um predomínio de revisões bibliográficas críticas, sistematizações de experiências e pesquisas-ação. Essa recorrência metodológica não é casual: expressa a recusa freiriana da neutralidade científica e a escolha por uma investigação

comprometida com a transformação da realidade. Em Edla Eggert, a proposta da “antropofagia epistêmica” — devorar o conhecimento colonial para recriá-lo a partir de nossas realidades é uma metáfora potente da filosofia da libertação em ato. Em Claudia Korol (2007), o método de sistematização de experiências assume valor ontológico, pois transforma a vida cotidiana das mulheres em território de saber. Em ambas, a metodologia é inseparável da ética e da política: investigar é também reinventar o mundo.

Pérez Bustos (2010) propõe uma leitura feminista da Educação Popular que reintegra ciência, afeto e política como dimensões inseparáveis do saber libertador.

A pluralidade dos enfoques revela ainda a amplitude do campo: há estudos de base histórica (Urania Ungo), análises filosóficas (Tania Pérez Bustos, Diana Maffía), revisões teóricas (Rinaldi da Rosa, Maria de Souza), pesquisas empíricas e participativas (Aline da Costa Luz, Celso Gabatz e Rosângela Angelin), e investigações pós-críticas (Indiara Lima). Apesar da diversidade, há um fio condutor: todas denunciam a invisibilização das mulheres na construção da Educação Popular e propõem uma nova genealogia do campo, na qual as educadoras populares são reconhecidas como intérpretes críticas da realidade e não apenas como agentes de execução.

A filosofia da libertação, nesse contexto, não é um pano de fundo, mas o eixo articulador. Freire fornece as categorias que sustentam essa leitura: diálogo, consciência, práxis, esperança —, enquanto as autoras feministas latino-americanas introduzem as dimensões que o próprio Freire deixara em aberto: o corpo, o gênero, a sexualidade, o cuidado, a emoção, a vida comum. Ao colocar esses elementos em diálogo, a literatura revisada produz uma hermenêutica situada da libertação: compreender o oprimido não apenas como categoria social, mas como sujeito encarnado, histórico e relacional.

Há também, nos textos, uma provocação ética dirigida aos próprios homens do campo da Educação Popular. A pedagogia feminista, conforme defendem Oliveira et al. (2022), não é um projeto de exclusão, mas de reeducação das relações. O feminismo popular, ao dialogar com Freire, convida os homens a reaprender o sentido da liberdade como reciprocidade, rompendo com os privilégios herdados da cultura patriarcal. Essa dimensão dialógica amplia a proposta freiriana: o diálogo não se limita à relação entre opressor e oprimido, mas se expande para o encontro entre sujeitos de gênero, raça e território, que constroem juntos uma nova ética do comum.

Em síntese, a literatura revisada reafirma a atualidade da Educação Popular como filosofia da libertação. Nas mãos das mulheres latino-americanas, a pedagogia freiriana se torna mais complexa, mais encarnada, mais radicalmente política. A educação popular feminista, que emerge desses textos, não é apenas uma vertente temática, mas uma reformulação epistemológica do próprio projeto freiriano: pensar e agir com os corpos, os afetos e as memórias das mulheres como fontes de conhecimento e de transformação. Essa é, talvez, a mais profunda lição que a revisão crítica oferece à filosofia contemporânea, a de que a libertação, sem as mulheres, não é apenas incompleta, mas impossível.

2.2 Concepções de Educação Popular, Educação Popular Feminista e Mulheres da e na Educação Popular

A leitura hermenêutica-crítica dos 16 textos revela que, na América Latina, a Educação Popular (EP) é concebida como prática ético-política de libertação, marcada pela produção coletiva do saber e pela crítica à colonialidade e ao patriarcado. Em Edla Eggert, a EP “anuncia que a educação tem dimensão política e convoca para o compromisso transformador”. Essa perspectiva atravessa a história do continente e se enraíza nas lutas indígenas, camponesas e de mulheres, associando a educação à ação política e à leitura crítica da realidade. Nos textos mais recentes, a EP é reafirmada como “anticapitalista, decolonial, intersetorial e antipatriarcal”, constituindo-se como um projeto integral de emancipação humana e social.

Para Lopes e Silva (2016, p. 264), é imprescindível “uma teoria educacional que incorpore as demandas de gênero e o que o pensamento feminista construiu”, defendendo uma pedagogia feminista “alicerçada nas bases da educação popular”, construída em práticas coletivas de mulheres assentadas e comunidades do MST. Essa fusão entre feminismo e EP não é mera sobreposição, mas uma reinterpretação epistemológica. O texto de Nadeau (1996, p. 34) define a *educación popular feminista* como projeto que “integra corpo, espírito, coração e mente, incluindo a pessoa inteira — a vida íntima e cotidiana das mulheres e homens nas suas lutas comunitárias”. Já Korol (2007), em sua “*Pedagogia dos Corpos*”, propõe uma prática “subversiva e revolucionária, que desorganiza as relações de poder” e inscreve a subjetividade e a mística como fundamentos da libertação.

As concepções de Educação Popular Feminista (EPF) emergem, assim, como síntese crítica entre o legado freiriano e as epistemologias feministas latino-americanas. Ochoa (2008)

propõe “uma pedagogia feminista que parte da EP, mas demarca um território construído por mulheres”, reconhecendo corpo e subjetividade como dimensões-chave da aprendizagem libertadora. Nessa direção, Celentani (2014, p. 244) afirma que:

as mulheres de Abya Yala pensam e atuam a partir de corpos e territórios em resistência, tecendo saberes que não apenas denunciam as violências coloniais e patriarcais, mas também propõem novas formas de convivência, liberdade e reciprocidade comunitária, nas quais o conhecimento é partilhado e transformador.

Assim, a Educação Popular Feminista latino-americana se afirma como espaço de criação e intercâmbio de saberes que emergem da vida, das experiências de resistência e da potência coletiva das mulheres dos povos. Essa concepção desloca a EP de uma pedagogia da conscientização abstrata para uma pedagogia encarnada, em que o corpo e a experiência cotidiana são lugares de saber e resistência.

Nos artigos analisados, o conceito de mulheres da e na Educação Popular revela duas dimensões complementares: (a) as mulheres da EP, enraizadas nas práticas territoriais e comunitárias; e (b) as mulheres na EP, que teorizam, produzem e reinterpretem esse campo. Como sintetiza Brandão⁴ (2021) e Paulo (2025), o mapeamento de educadoras populares latino-americanas e pesquisadoras brasileiras demonstra que as mulheres têm sido protagonistas na consolidação da EP na América Latina. A pesquisa de Rosa (2019, p. 95) identifica que essas mulheres “têm coletivamente produzido uma pedagogia que é popular e feminista” — uma pedagogia das oprimidas, engajada na transformação das relações de gênero, raça e classe. Ainda no contexto brasileiro, Machado e Paulo (2020) ressaltam que estudos acerca da Educação Popular feminista têm contribuído para resgatar a memória das educadoras populares como epistemologia viva.

Barboza e Cruz (2022) também contribuem para esse debate ao analisarem as afirmações e as invisibilidades das vozes femininas nas produções do GT06 – Educação Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 2011 a 2021. As autoras identificam que, embora existam pesquisas voltadas às mulheres no campo da Educação Popular, sua presença ainda é reduzida diante da relevância política, social

⁴ BRANDÃO, C. R. Ajuda com datas para o mapeamento histórico do termo "popular" e "educação popular" na minha dissertação. E-mail enviado a César Ferreira da Silva, 1 jul. 2021. Dos destinatários com cópia – rodadas de e-mails, enviados por Brandão: Oscar Jara Holliday, Ângela Biz Antunes, Maria Tereza Goudard Tavares, Cheron Moretti, Maria Eliete Santiago, Fernanda dos Santos Paulo, Valéria Vasconcelos, Osmar Favero e Nima Spigolon.

e acadêmica do tema. O estudo evidencia que as pedagogias feministas, em diálogo com a Educação Popular, possibilitam retirar as mulheres do anonimato e do silenciamento, reconhecendo-as como sujeitas históricas, produtoras de conhecimento e protagonistas de práticas educativas emancipatórias em espaços formais e não formais de educação (Barboza; Cruz, 2022).

A presença das mulheres não é apenas empírica, mas ontológica: elas configuram o modo de ser e de pensar a EP. Na análise de Korol (2007), o feminismo “não limita a Educação Popular, mas a amplia, visibilizando e denunciando as diversas opressões”. As educadoras feministas “olham para as histórias de vida de outras mulheres e denunciam a invisibilidade de seus conhecimentos” (Ochoa, 2008). Em muitos casos, essas pedagogias são lúdicas, afetivas e corporais, expressando o que Paulo Freire chamaria de *práxis do amor político*: “o abraço, o toque e a escuta como atos de emancipação” (Korol, 2007).

Essas concepções convergem para uma epistemologia feminista da Educação Popular, marcada por quatro núcleos interpretativos identificados no corpus:

1. O corpo como território de saber, entendido como lugar de inscrição das opressões e resistências (Korol, 2007; Ochoa, 2008).
2. O cuidado como categoria política, que vincula ética, pedagogia e solidariedade (hooks, 2013; Walsh, 2013).
3. A memória e a ancestralidade como fundamentos epistemológicos, expressas nas narrativas de mulheres camponesas, negras e indígenas (Gabatatz e Angelin, 2022). Nesse sentido, as narrativas analisadas por Silva (2020) revelam o potencial emancipatório das práticas educativas feministas enraizadas no campo.
4. A interseccionalidade como método e horizonte político, na qual gênero, classe e raça se articulam para desvelar novas dimensões da libertação (Braga et al., 2021; Silva, 2020).

Assim, as autoras revisadas propõem uma reconstrução do próprio campo da EP, afirmando que “as contribuições das mulheres são tanto teóricas quanto práticas” e “continuam a enriquecer a Educação Popular, promovendo uma educação crítica, transformadora e inclusiva” (Machado e Paulo, 2020, p. 110). A Educação Popular, ao

incorporar o feminismo como categoria estruturante, torna-se também uma filosofia da libertação encarnada, capaz de unir corpo e palavra, afetividade e política, razão e território.

3. Outros achados e interpretações filosófico-críticas da pesquisa

A análise hermenêutica-crítica realizada a partir do corpus de 16 produções evidencia que há um movimento de reinterpretação filosófica e política da Educação Popular na América Latina, conduzido majoritariamente por mulheres que, desde seus territórios, práticas e experiências, constroem epistemologias insurgentes e profundamente enraizadas em contextos de opressão e resistência. O exercício metodológico adotado — de inspiração freiriana — permitiu compreender os textos não apenas como enunciados teóricos, mas como atos de fala que produzem mundo, revelando sentidos, ausências e resistências. Essa leitura dialógica, sustentada por Paulo Freire e pelas epistemologias feministas latino-americanas, possibilitou identificar três movimentos interpretativos centrais: a denúncia do apagamento histórico das mulheres, o anúncio de novas categorias epistemológicas e o testemunho de práticas pedagógicas libertadoras que reformulam o próprio conceito de Educação Popular.

O primeiro movimento — a denúncia — se expressa na crítica recorrente à invisibilização das mulheres nas narrativas sobre a origem e os fundamentos da Educação Popular. As autoras analisadas afirmam que essa exclusão não decorre apenas de omissão historiográfica, mas de uma estrutura epistêmica androcêntrica e colonial, que define o que é reconhecido como saber legítimo. Nesse sentido, textos como os de Rosa e Silva (2017) e Rinaldi da Rosa (2018) destacam que “ler as mulheres” é um ato político e epistemológico de ruptura com os cânones da filosofia e da pedagogia moderna, ainda marcados pelo universalismo masculino.

Assim, a hermenêutica libertadora freiriana, ao ser aplicada à análise, revelou o potencial de desocultamento presente nessas produções, reafirmando que compreender criticamente é, sempre, um modo de agir sobre o mundo.

O segundo movimento — o anúncio — aponta para a emergência de novas categorias ético-epistemológicas, elaboradas por mulheres que dialogam com Freire e ampliam seus fundamentos. Termos como *corpo-território*, *cuidado como resistência*, *pedagogia da ternura*, *ancestralidade* e *reciprocidade* aparecem reiteradamente nas produções analisadas, configurando o que se pode denominar de filosofia encarnada da libertação. Essas categorias,

longe de simples metáforas, expressam modos de compreender o conhecimento e a libertação a partir das experiências concretas das mulheres na América Latina, onde o corpo e o território se tornam lugares de saber e de enunciação política. Autoras como Claudia Korol (2007, 2016) e Luz Maceira Ochoa (2008) articulam uma pedagogia feminista dos corpos e das emoções, desafiando a racionalidade moderna e introduzindo uma epistemologia sensível, em que o sentir e o pensar se entrelaçam como práticas de libertação.

O terceiro movimento — o testemunho — traduz-se nas práticas e metodologias de resistência das mulheres nos territórios. Nos textos analisados, há um esforço coletivo de reconstruir a história da Educação Popular desde baixo e desde o Sul, como propõe Torres Carrillo (2014), revisitar pensadoras e educadoras populares constitui um ato político de reconstrução da memória desde baixo e desde o Sul.

As experiências de formação de mulheres camponesas, quilombolas, periféricas e indígenas, narradas em estudos de Márcia Alves da Silva (2020) e Gabatz e Angelin (2022), exemplificam a produção de um conhecimento situado, que integra corpo, território e ancestralidade como dimensões pedagógicas. Nessas práticas, a educação popular se converte em ferramenta de reconstrução da dignidade e de autorreconhecimento coletivo, ampliando o alcance ético-político da pedagogia freiriana.

A hermenêutica dialógica aplicada permitiu compreender que as autoras não apenas reinterpretam Freire, mas dialogam com ele criticamente, tensionando os limites de uma pedagogia que, embora libertadora, nasceu em contextos de masculinidade predominante. A pergunta “como Freire lê as mulheres e como as feministas leem Freire?” tornou-se o eixo central da análise. A partir desse exercício, observou-se que as epistemologias feministas latino-americanas não rejeitam o legado freiriano, mas o reapropriam de forma sentipensante (Fals Borda, 2017), integrando emoção, experiência e corpo à reflexão crítica. Essa leitura gera uma atualização ética do pensamento freiriano, que passa a ser relido como uma filosofia de libertação encarnada, plural e interseccional.

Os achados também revelam que há uma genealogia de mulheres pensadoras e educadoras populares — como Moema Viezzer, Francesca Celentani, Edla Eggert, Claudia Korol, Luz Maceira Ochoa, Graziela Rinaldi da Rosa e Aline da Costa Luz — que constituem um campo teórico próprio, ainda em consolidação, mas profundamente coerente com os princípios da Educação Popular. Essa genealogia reafirma a centralidade da práxis e da

experiência como fundamentos epistemológicos, em oposição às abordagens abstratas e descontextualizadas do saber. As autoras não apenas descrevem realidades, mas constroem metodologias, criando ferramentas de análise e intervenção inspiradas na Investigação-Ação-Participativa, na sistematização de experiências e na pedagogia da pergunta.

A leitura comparativa das produções também evidencia uma dimensão intergeracional e transnacional da Educação Popular feminista. Mulheres de diferentes gerações e países — Brasil, Argentina, Colômbia, México e Chile — compartilham preocupações comuns: a crítica ao patriarcado e ao capitalismo; a luta pela autonomia dos corpos; e a necessidade de transformar o ato educativo em experiência de libertação coletiva. Essa pluralidade se articula na ideia de uma Educação Popular feminista latino-americana, que, embora rejeite rótulos essencialistas, afirma uma política de lugar e de corpo, descolonizando o pensamento e o método.

A partir do método hermenêutico crítico-libertador, foi possível identificar três grandes implicações teórico-metodológicas do conjunto analisado:

1. A Educação Popular deve ser reinterpretada como projeto ético-político de descolonização do saber e do ser, incorporando o feminismo como dimensão estruturante, e não como adendo temático.
2. A hermenêutica libertadora propõe uma escuta sensível e situada, em que o ato de compreender implica diálogo, reconhecimento e implicação ética com o outro — o que demanda uma epistemologia relacional.
3. As epistemologias feministas latino-americanas, ao fundirem corpo, território e memória, redefinem o conceito de libertação, ampliando-o da esfera política para o campo ontológico e existencial.

Em síntese, os achados demonstram que a presença das mulheres na Educação Popular não é um acréscimo, mas a condição de possibilidade de sua existência. Elas são o elo que religa o pensar e o sentir, o cotidiano e o político, a palavra e o gesto. A partir delas, a Educação Popular volta a respirar o ar da vida concreta, reafirmando-se como um projeto de libertação integral. As produções analisadas, lidas pela lente hermenêutica freiriana, revelam que compreender é transformar — e que toda leitura do mundo feita por mulheres populares é, em si mesma, uma prática filosófica da liberdade.

3.1 Educação Popular Feminista e Descolonização do Conhecimento: desafios e perspectivas para o século XXI

A emergência contemporânea da Educação Popular Feminista (EPF) na América Latina configura um dos fenômenos filosófico-pedagógicos mais significativos da primeira metade do século XXI: longe de se limitar a um desdobramento temático do pensamento freiriano, a EPF constitui um giro epistêmico que reposiciona a produção do conhecimento como prática política de libertação e de descolonização. Inspiradas por Paulo Freire e pelas epistemologias do Sul, as educadoras feministas latino-americanas vêm delineando um horizonte no qual conhecer é também se libertar, cuidar e resistir.

Essa perspectiva implica compreender a educação como uma ecologia de saberes (Santos, 2014) na qual os conhecimentos acadêmicos, comunitários e ancestrais se encontram em condição de igualdade ontológica. No contexto latino-americano, marcado por profundas desigualdades de gênero, raça e classe, o desafio não é apenas incluir as mulheres nos espaços do saber, mas reconstruir o próprio paradigma epistemológico que sustenta o androcentrismo e o colonialismo cognitivo; como afirma Walsh (2017), descolonizar o conhecimento é transformar as condições de possibilidade da própria produção de sentido, substituindo a lógica da dominação pela lógica da reciprocidade.

A EPF propõe, em diálogo com essas formulações, uma pedagogia da interdependência que se opõe à racionalidade patriarcal da separação. O corpo, o território e a memória tornam-se categorias fundantes de um conhecimento que nasce da experiência situada e que se orienta por uma ética da corresponsabilidade; ao deslocar o foco da consciência individual para a consciência relacional, a EPF reinterpreta a noção freiriana de “ser mais” como “ser com”, um movimento de expansão solidária e não de ascensão isolada.

3.1.1 O corpo como território epistêmico e político

A categoria “corpo-território”, amplamente trabalhada por Paredes (2017) e retomada por autores como Bidaseca (2014), introduz uma ruptura ontológica fundamental: o corpo deixa de ser suporte da consciência para tornar-se lugar de inscrição de saberes, dores e resistências. Na Educação Popular Feminista, o corpo é um texto que se lê e se escreve em comunidade; essa hermenêutica corporal reconfigura a relação entre conhecimento e experiência, pois todo ato de aprender é também um ato de encarnar o mundo.

Ao compreender o corpo como território político, as educadoras feministas transformam as práticas pedagógicas em espaços de autocuidado coletivo e de denúncia das violências de gênero; assim, as oficinas de mulheres camponesas, as rodas de conversa em periferias urbanas e as formações de promotoras legais populares são exemplos de como o corpo se torna método e conteúdo do processo educativo; nesses contextos, o gesto, a dança e a arte deixam de ser expressões periféricas e passam a integrar a estrutura epistemológica do saber libertador (Lima e Souza, 2024).

Essa centralidade do corpo produz uma reinterpretação filosófica da práxis freiriana. Se para Freire (1987) a tomada de consciência é o ponto de partida da libertação, para as pedagogas feministas o corpo consciente ao lado da tomada de consciência de si é o ponto de partida da libertação. Portanto, a libertação não é apenas política, mas também cognitiva e afetiva. Essa integração entre o sentir e o pensar, o agir e o sonhar, constitui uma das mais profundas inovações epistemológicas do campo.

3.2 O cuidado como categoria ética e epistemológica

Tradicionalmente relegado ao domínio privado e feminino, o cuidado emerge nas epistemologias feministas latino-americanas como categoria política e epistêmica. Gebara (2000) afirma que cuidar é uma forma de conhecimento amoroso do mundo, pois exige escuta, presença e compromisso; na EPF, o cuidado é compreendido como ato de resistência ao individualismo neoliberal e fundamento ético de uma pedagogia da solidariedade.

Esse deslocamento ético-epistemológico aproxima-se do conceito de “esperança” de Freire (1992): cuidar é esperar com o outro, é afirmar a vida em sua interdependência. No plano pedagógico, o cuidado se traduz em metodologias participativas que valorizam a escuta ativa, a partilha de saberes e a coautoria dos processos de aprendizagem. Em experiências de Educação Popular com mulheres indígenas e quilombolas no Brasil e na Colômbia (Braga et al., 2021), o cuidado aparece como prática de reconstrução comunitária após ciclos de violência e exclusão.

Ao inscrever o cuidado no centro da epistemologia, a EPF redefine o próprio conceito de racionalidade. Como observam Araldi e Moraes (2024), o cuidado é a racionalidade dos vínculos, um modo de pensar que reconhece a vulnerabilidade e a interdependência como

condições da existência humana. Tal perspectiva amplia o horizonte da filosofia da libertação, articulando ética, política e afetividade como dimensões inseparáveis da práxis educativa.

3.3 Memória, ancestralidade e justiça cognitiva

Outro eixo fundamental da EPF é a valorização da memória e da ancestralidade como formas de conhecimento: as narrativas das mulheres afro-latinas, andinas e amazônicas recuperam saberes espirituais e comunitários que foram silenciados pela colonialidade. A memória, nesse contexto, é mais que recordação: é ato político de restituição do tempo (Segato, 2014).

Nos círculos de mulheres e nos processos de formação popular, contar histórias torna-se prática hermenêutica e terapêutica; quando pronunciada coletivamente, a palavra produz o que Korol e Castro (2016) denominam “memória insurgente”: uma reescrita da história a partir das margens; essa pedagogia da lembrança não idealiza o passado, mas o reinscreve como campo de disputa simbólica; assim, a ancestralidade torna-se método de investigação e fonte de legitimidade epistêmica.

A integração entre memória e libertação aproxima a EPF das filosofias africanas do Ubuntu, que concebem o sujeito como relação. Segundo Ndlovu-Gatsheni (2020), a descolonização do conhecimento requer “um giro para a memória”, isto é, o reconhecimento de que o futuro só pode ser construído a partir da reparação das narrativas negadas. Nessa chave, a EPF realiza uma filosofia da lembrança ativa, na qual recordar é também transformar.

3.4 Desafios metodológicos e institucionais

A consolidação da EPF enfrenta múltiplos desafios: no âmbito acadêmico, persiste a tendência de enquadrar as epistemologias feministas como “campos identitários” e não como fundamentos teóricos legítimos. Essa marginalização epistêmica reproduz a hierarquia entre saberes, dificultando o reconhecimento da produção de conhecimento feita por mulheres populares e comunidades tradicionais.

Do ponto de vista metodológico, a EPF exige uma revisão dos paradigmas de pesquisa; a investigação-ação-participativa e a sistematização de experiências, métodos amplamente utilizados na Educação Popular, precisam incorporar, além da corporalidade e da emoção, a dimensão da espiritualidade política. Como indicam Eggert, Silva e Della Libera (2022), trata-

se de desenvolver metodologias de interatividade, nas quais a pesquisadora é também sujeita implicada, e o ato de conhecer se torna experiência transformadora.

Além disso, a inserção da EPF nas políticas públicas de educação ainda é incipiente. Embora existam programas de extensão e projetos comunitários inspirados em Paulo Freire, a institucionalização dessas práticas feministas esbarra em estruturas burocráticas e currículos padronizados; a tensão entre institucionalização e autonomia é um dos dilemas centrais da atualidade: como garantir reconhecimento sem perder a potência insurgente?

Uma resposta possível tem sido a construção de redes latino-americanas de EPF, que articulam movimentos sociais, universidades e organizações comunitárias. Iniciativas como a Rede de Educadoras Populares da América Latina e Caribe vêm promovendo intercâmbios e produções conjuntas, fortalecendo a pesquisa-ação como espaço de legitimação acadêmica e política.

3.5 Perspectivas de futuro: epistemologias para a vida

As contribuições da EPF para o século XXI não se limitam à esfera educativa. Elas oferecem uma nova gramática civilizatória. Frente às crises ecológicas, políticas e éticas do presente, a EPF propõe um paradigma de convivência sustentado em três princípios: interdependência, reciprocidade e cuidado com a vida.

Primeiro, a interdependência reconhece que a libertação individual é inseparável da libertação coletiva; nenhum saber é autossuficiente e toda prática emancipatória requer alianças entre movimentos, gêneros e gerações.

Segundo, a reciprocidade redefine o ato pedagógico como troca de saberes, superando a lógica da transmissão vertical; como lembra Freire (1971), ensinar é um ato de doação e recebimento simultâneo: as educadoras feministas expandem esse princípio para as relações entre humanos e natureza.

Terceiro, o cuidado com a vida introduz uma dimensão ecológica da libertação: a destruição ambiental e a violência de gênero são faces de uma mesma racionalidade de dominação. Nesse sentido, a EPF converge com os ecofeminismos latino-americanos (Svampa, 2015), que compreendem a defesa do território como defesa do corpo-terra.

Em termos filosóficos, essas perspectivas apontam para a emergência de uma ontologia relacional, na qual o ser não é substância, mas relação; essa ontologia dialoga com

a “ética do cuidado planetário” proposta por Boff (2014), que convoca a humanidade a reconstruir o vínculo entre espiritualidade e política. Assim, a EPF torna-se, não apenas uma pedagogia, mas uma cosmologia: um modo de habitar o mundo em comunhão.

3.6 Implicações para a formação docente e a pesquisa em Educação Popular

A incorporação da EPF nas práticas de formação docente representa um campo fértil para o desenvolvimento de novas metodologias; a pedagogia feminista convida as educadoras e os educadores a exercitar uma autocrítica permanente sobre suas próprias relações de poder, linguagem e afetividade. Como sublinham Korol e Castro (2016), ninguém educa a partir do neutro; educa-se a partir da carne e da história.

Nos programas de formação inicial e continuada, isso significa substituir a lógica transmissiva pela lógica dialógica-reflexiva, criando espaços de coaprendizagem entre universidade e território; a pesquisa, por sua vez, precisa assumir o compromisso da coautoria epistêmica: publicar com e não apenas sobre as mulheres populares. Essa postura ético-política rompe com o extrativismo acadêmico e reconhece a produção de saber como prática coletiva.

Na dimensão curricular, a EPF propõe a transversalização das temáticas de gênero, raça e território não como eixos acessórios, mas como estruturas de sentido; trata-se de construir currículos sentipensantes (Fals Borda, 2017), capazes de integrar razão e emoção, teoria e prática, subjetividade e política.

Em síntese, a incorporação da EPF na formação docente não é apenas uma inovação metodológica, mas uma revolução epistemológica: educar-se para libertar e libertar-se para cuidar.

4. Considerações Finais: Educação Popular Feminista como Recriação da Libertação

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo reafirmam que a Educação Popular latino-americana não pode ser compreendida plenamente sem as mulheres que a gestaram, sustentaram e reinventaram. Reconhecer suas vozes não é gesto de reparação tardia, mas movimento epistemológico que restitui à filosofia da libertação sua inteireza humana. As mulheres da Educação Popular, camponesas, indígenas, negras, brancas, pardas, periféricas,

pesquisadoras, educadoras populares, ativistas, teólogas e filósofas do povo, são autoras de categorias.

A hermenêutica crítica inspirada em Paulo Freire permitiu ler os textos e experiências como atos de palavra e de mundo, em que o dizer feminino não apenas complementa, mas tensiona e amplia os fundamentos éticos e epistemológicos da Educação Popular. Ler as mulheres, neste horizonte, é escutar o que o próprio campo silenciou — é praticar a pedagogia da pergunta aplicada à memória histórica. A cada nome recuperado, um pedaço da totalidade libertadora se recompõe.

Entretanto, a hermenêutica freiriana aplicada à leitura feminista não busca uma síntese conciliadora, e sim uma práxis de revelação e conflito. Ao revisitar os 16 textos analisados, emergem contradições que não devem ser ocultadas:

- 1) entre a universalidade da libertação e a singularidade das existências corporificadas;
- 2) entre o discurso do diálogo e as assimetrias de poder que o sustentam;
- 3) entre o ideal de esperança e as violências cotidianas que persistem nos territórios educativos;
- 4) entre o reconhecimento acadêmico e o apagamento das práticas populares;
- 5) entre a promessa da intersetorialidade e a precariedade das condições de vida e de trabalho das mulheres educadoras.

Assumir tais tensões é condição ética da Educação Popular feminista. Pois, como ensina Freire (1992), “a esperança se faz na luta”, e não na negação do conflito. Ao reposicionar o debate, o estudo demonstra que a Educação Popular feminista não é uma vertente setorial, mas uma reformulação ontológica do projeto freiriano: recoloca a libertação no território do corpo e do cuidado, faz do diálogo uma prática de reciprocidade e transforma o conhecimento em gesto de reconstrução do comum. Essa educação feminista não se opõe aos homens, mas convoca-os ao diálogo transformador, ao exercício da escuta e à partilha da responsabilidade ética e política da libertação. O feminismo popular é, neste sentido, ato de comunhão e não de cisão, um convite à reeducação das relações e das práticas de poder.

O diálogo entre Freire e as pensadoras latino-americanas, como María Lugones, Julieta Paredes, Claudia Korol e Ivone Gebara, revela um movimento de convergência crítica: ao mesmo tempo em que as feministas leem Freire desde a corporeidade, a espiritualidade

política e a ancestralidade, elas o reescrevem, tornando visível o que esteve implícito — o gênero, o cuidado, o afeto e a reciprocidade como fundamentos da práxis. Esse gesto é radicalmente freiriano, pois continua o seu método de perguntar, de refazer o mundo a partir das margens.

A contribuição original deste trabalho reside justamente em propor uma genealogia filosófico-epistemológica das mulheres na Educação Popular, articulada à reconstrução de uma hermenêutica da libertação situada. As categorias corpo-território, cuidado, ancestralidade e reciprocidade deixam de ser metáforas e tornam-se dimensões operatórias para a pesquisa e a formação, permitindo pensar indicadores, metodologias e políticas educativas capazes de encarnar o princípio freiriano da libertação nas práticas cotidianas.

A Educação Popular feminista que aqui se afirma é, portanto, ato político, epistemológico e amoroso. Político, porque denuncia a colonialidade e o androcentrismo que sustentam as estruturas do saber e do poder. Epistemológico, porque funda outro modo de conhecer: situado, dialógico e sensível. Amoroso, porque se realiza na escuta e no cuidado mútuo, não como afeto domesticado, mas como energia revolucionária.

Recolher e visibilizar as mulheres da Educação Popular é um gesto de restituição histórica, mas também de criação de futuro. É ler o mundo com outros olhos, outros corpos e outras linguagens; é romper com o ciclo de invisibilidade que empobrece a memória do campo e limita as possibilidades do “inédito viável”. Como ensina Freire (1992, p.129), “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando”, e as mulheres da Educação Popular têm sido, historicamente, as que abriram os caminhos da e na vida.

Assim, as contribuições deste estudo indicam que o futuro da Educação Popular passa necessariamente pela integração das epistemologias feministas e populares, em diálogo com a herança freiriana e com os novos desafios da América Latina contemporânea: a reconstrução democrática, o enfrentamento das violências e a defesa da vida em todas as suas formas.

A Educação Popular feminista não é apenas o reconhecimento das mulheres no campo, mas a reinvenção da própria liberdade, uma liberdade que se faz com o outro, em comunhão, em diálogo e em esperança. Nela, o corpo é palavra, o cuidado é categoria política, e a mística cotidiana das mulheres é filosofia viva da libertação.

Referências

ARALDI, Etiane; MORAES, Marcia Oliveira. Epistemologias feministas, cuidado e educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 2, n. 24, p. 1-23, 2024.

BARBOZA, Dayane Dias; CRUZ, Fernanda Santos da. *Mapeando as vozes femininas na Educação Popular: um levantamento das produções científicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação entre os anos de 2011-2021*. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS, 7., 2022, Campina Grande. *Anais do VII CONAPESC*. Campina Grande: Realize Editora, 2022.

BIDASECA, Karina. Escritos en los cuerpos racializados: lenguas, memoria y genealogías (pos)coloniales del feminicidio en América Latina. *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, Montevideo, v. 6, n. 9, p. 41-66, 2014.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRAGA, Graça Elenice dos Santos; SANTOS, Maria José dos; RAMOS, Adilson dos. Mulheres negras e direitos humanos: Educação Popular no giro do esperançar. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 2742-2757, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Ajuda com datas para o mapeamento histórico do termo “popular” e “educação popular” na minha dissertação*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por César Ferreira da Silva em 1 jul. 2021.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria; RAMALHO, Bárbara. Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional. *Revista Cocar*, Belém, n. 30, p. 1-19, 2024.

CELENTANI, Francesca Gargallo. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

COSTA LUZ, Aline da. *Feminismo, educação popular e extensão: a resistência criativa na formação de Promotoras Legais Populares*. 2024. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo:

Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do compromisso: América Latina e Educação Popular*. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EGGERT, Edla. Pesquisa em educação, movimentos sociais e colonialidade: continuando um debate. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1-15, 2016.

EGGERT, Edla; SILVA, Márcia Alves da; DELLA LIBERA, Aline Lemos da Cunha. Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e77384, 2022.

GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. A educação popular como método feminista de denúncia e (re)construção da realidade de mulheres no campo: um estudo de caso. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 14, n. 29, p. 153-170, jul./dez. 2022.

GEBARA, Ivone. *Romper el silencio: una lectura feminista de la fe cristiana*. Madrid: Trotta, 2000.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KOROL, Claudia. El diálogo de saberes en la pedagogía feminista y en la educación popular. Buenos Aires: Pañuelos en Rebeldía, s.d.

KOROL, Claudia. *Hacia una pedagogía feminista: géneros y educación popular*. Buenos Aires: América Libre, 2007.

KOROL, Claudia; CASTRO, Gloria Cristina (orgs.). *Feminismos populares: pedagogías y políticas*. Buenos Aires: América Libre, 2016.

LIMA, Indiara Launa Teodoro da Silva; SOUZA, Ana Paula Abrahamian de. Artivismos feministas e educação: análises de teses e dissertações dos programas de pós-graduação

(2018-2023). *Periferia: Educação, Cultura & Comunicação*, Rio de Janeiro, v. 16, e78916, p. 1-27, 2024.

LOPES, Daniele Rehling; SILVA, Márcia Alves da. Da educação não sexista à pedagogia feminista. In: CASTRO, Amanda; MACHADO, Rita de Cássia (orgs.). *Estudos feministas, mulheres e educação popular*. Curitiba: CRV, 2016. p. 263-275.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MACHADO, Rita; PAULO, Fernanda dos Santos. Educação Popular e feminismo no Brasil: contribuições de mulheres educadoras. *Revista Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 29, n. 57, p. 95-112, 2020.

MAFFÍA, Diana. Contra las dicotomías: feminismo y epistemología crítica. In: KOROL, Claudia; CASTRO, Gloria Cristina (org.). *Feminismos populares: pedagogías y políticas*. Buenos Aires: América Libre, 2016. p. 89-102.

NADEAU, Denise. Embodying feminist popular education under global restructuring. In: WALTERS, Shirley; MANICOM, Linzi (ed.). *Gender in popular education: methods for empowerment*. London: Zed Books; Cape Town: CACE Publications, 1996. p. 40-60.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. *Decolonization, development and knowledge in Africa: turning over a new leaf*. London: Routledge, 2020.

OCHOA, Luz Maceira. *El sueño y la práctica de sí: pedagogía feminista: una propuesta*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

OLIVEIRA, Marta; SOUZA, Ana Paula Abrahamian de; SILVA, Indiara Launa Teodoro da. Por uma pedagogia feminista: até que todas sejamos livres! *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 115-132, 2022.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. In: GUZMÁN, Alejandra de Santiago; BORJA, Edith Caballero; ORTUÑO, Gabriela González (orgs.). *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación en América latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 111-140.

PAULO, Fernanda dos Santos. As mulheres na e da Educação Popular no Brasil. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 93-113, jan./abr. 2025.

PÉREZ BUSTOS, Tania. Aportes feministas a la educación popular: entradas para repensar pedagógicamente la popularización de la ciencia y la tecnología. *Educación & Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 243-260, jan./abr. 2010.

ROSA, Graziela Rinaldi da. As fontes pedagógicas latino-americanas numa perspectiva feminista. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED SUL, 12., 2018, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 1-15.

ROSA, Graziela Rinaldi da; SILVA, Márcia Alves da. Práticas educativas feministas no Brasil: perspectivas epistemológicas antipatriarcais e a pedagogia feminista. In: AMARO, Sarita;

DURAND, Véronique (org.). *Veias feministas: desafios e perspectivas para as mulheres do século XXI*. Porto Alegre: Bonecker, 2017. p. 121-146.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

SILVA, Márcia Alves da. Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de Educação Popular a partir de narrativas de mulheres camponesas. *Eccos: Revista Científica*, São Paulo, n. 54, p. 1-19, maio/set. 2020.

SOUZA, Maria de; SANTOS, Juliana; RIBEIRO, Cláudia. Educação Popular e feminismos: tensões, rupturas e afirmações. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 23, n. 52, p. 230-248, 2021.

TORRES CARRILLO, Alfonso. *Educación popular y movimientos sociales en América Latina*. Bogotá: CLACSO; Universidad Pedagógica Nacional, 2018.

TORRES CARRILLO, Alfonso. *Hacer historia desde abajo y desde el Sur*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2014.

UNGO, Urania A. Las mujeres y la educación en América Latina: una aproximación a los dilemas y desafíos. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Caracas, v. 12, n. 28, p. 1-20, jun. 2007.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013. p. 23-68.

WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Quito: Abya-Yala, 2017.

Recebido em: 14/11/2025.

Aprovado em: 27/03/2026.

Publicado em: 24/07/2026